

# *Conservação, divulgação e sucessão de “Patuá” para o seu desenvolvimento contínuo em Macau do ponto de vista de utentes de “Patuá”*

*Luís Miguel dos Santos\**

## I. Introdução

### 1. Contexto da investigação

No dia 15 de Julho de 2005, o Centro Histórico de Macau entrou na lista do Património Mundial Cultural da UNESCO e foi designado como o 31.º sítio do Património Mundial da China. Após o sucesso da entrada do “Centro Histórico de Macau” na lista do Património Mundial, o governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, adiante designado simplesmente por governo da RAEM, não só promoveu os projectos do património cultural de Macau nas instituições de ensino público e privado, como também organizou uma série de grupos de visita guiada nas comunidades para que os residentes locais e os turistas possam conhecer a história de Macau. Nos últimos anos, o país define Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e enfatiza o desenvolvimento da “indústria cultural e turística” além da indústria de jogo. Assim, cada vez mais é acordada a consciência da protecção e da divulgação do património cultural na sociedade.

O Centro Histórico de Macau é um conjunto de 22 edifícios históricos e 8 largos, incluindo o espaço e as ruas que ligam os largos e os edifícios históricos. De facto, com a promoção efectiva do governo da RAEM e da educação comunitária, a população de Macau tem formada forte consciência em relação à protecção do “património cultural material”<sup>1</sup>.

---

\* Doutorado em educação, mestrado em Administração, Administração de Empresas, em Educação em Língua Inglesa, em Direito.

<sup>1</sup> O património cultural material é a testemunha cultural tangível, incluindo os imóveis e móveis classificados. O património cultural intangível é a habilidade tradicional, o costume popular e a arte e os espectáculos que passam de geração em geração e que têm uma ligação estreita com a vida diária.

No entanto, uma vez que no ano de 2005, a UNESCO não integrou o “património cultural imaterial” de Macau na Lista de Património Mundial Cultural, as escolas e as comunidades não lhe deram importância e a população não tinha conhecimento profundo neste aspecto.

O governo da RAEM, para melhor conservar testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, após várias rondas de discussões com os representantes da área e das comunidades, e os especialistas, no ano de 2013 estabeleceu e promulgou a Lei n.º 11/2013 - Lei de Salvaguarda do Património Cultural. O objectivo da presente lei é estabelecer o regime de salvaguarda do património cultural da RAEM. O artigo n.º 3 estipula que integram o património cultural o património cultural tangível, que inclui bens imóveis classificados e bens móveis classificados, e o património cultural intangível. Em relação aos objectivos da salvaguarda do património cultural intangível, são expostas 6 alíneas no art.º 70 da mesma lei, nomeadamente:

1) Promover a continuidade e especificidade local das manifestações do património cultural intangível;

2) Assegurar a sua diversidade e recriação permanente;

3) Salvar o património cultural intangível em risco de perda iminente;

4) Reforçar a consciência dos residentes da RAEM quanto à sua cultura e identidade;

5) Respeitar e valorizar as contribuições das comunidades, grupos ou indivíduos para a cultura de Macau;

6) Encorajar os residentes da RAEM, as instituições e as organizações de cultura, arte, educação e investigação científica a participarem activamente na salvaguarda, continuidade e divulgação do património cultural intangível.

Em relação ao âmbito do património cultural intangível, a mesma Lei estipula no artº 71º, noº 1 que abrange as seguintes manifestações culturais:

1) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como meio de transmissão deste património;

2) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;

3) Práticas sociais e religiosas, rituais e eventos festivos;

- 4) Conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo;
- 5) Competências no âmbito das práticas e técnicas artesanais e tradicionais.

Até 2015, o inventário do património cultural intangível contava com 10 manifestações, nomeadamente:

- 1) Ópera Yueju (Ópera Cantonense);
- 2) Preparação do Chá de Ervas;
- 3) Escultura de Imagens Sagradas em madeira;
- 4) Música Ritual Taoista;
- 5) Naamyam Cantonense (Canções narrativas);
- 6) Festival do Dragão Embriagado;
- 7) Crença e Costumes de A-Ma;
- 8) Crença e Costumes de Na Tcha;
- 9) Gastronomia Macaense;
- 10) Teatro em Patuá.

Quanto às acções de proteger o “património cultural intangível”, a mesma Lei prevê no seu art.º 76º, nº1, al. 5) o registo através de meios gráficos, sonoros ou audiovisuais para fins de identificação, documentação e estudo da manifestação do património cultural intangível. Entre as 10 manifestações do “património cultural intangível”, uma grande parte encontra-se na margem do desaparecimento.

## 2. Objectivo de investigação

A presente investigação visa analisar e estudar a sucessão, a divulgação e a conserva de “Patuá”, que é a língua usada no “Teatro em Patuá”, uma das manifestações do “Património cultural intangível” confirmada pelo RAEM. Em conformidade com o Resultado do Censo Demográfico publicado no ano de 2011 pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos<sup>2</sup>, Macau tinha uma população total de 552.503 pessoas no ano de 2011, sendo a população de descendentes portugueses de 3.485 pes-

<sup>2</sup> Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 2011, Resultado do Censo Demográfico de 2011.

soas (0,6%). De acordo com o *Atlas of the World's Languages in Danger* publicado no ano de 2010 pela UNESCO, o “patuá” de Macau é considerada uma língua que está extremamente em perigo de desaparecer, actualmente apenas há cerca de 50 pessoas, na maioria idosas, que a usam como língua diária ou primeira língua.

Embora na fase actual, o governo tem tomada uma série de medidas de conservação e protecção do “patuá” de Macau em termos de lei, mas não existem medidas e acções evidentes e eficazes que o possam pôr em prática, nem fundamentos jurídicos. Pelo que, a presente investigação pretende, através de 8 indivíduos fluentes em “patuá”, a partir de ponto de vista deles, analisar e conhecer como propor de forma efectiva ao governo, às instituições educacionais, às organizações não governamentais, às organizações sem fim lucrativo, preservar, divulgar e dar continuidade ao “patuá” de características especiais de Macau.

## II. Sobre o “patuá” e a situação actual do “patuá”

O “patuá” referido no “Teatro em patuá”, é uma língua usada em Macau, misturando o malaio, o espanhol, a língua indonésia, o hindi, o japonês, entre outros, quando os portugueses se dirigiram à Ásia no século XVI para realizar a administração colonial. Esta língua misturada com características coloniais foi usada pelos macaenses de Macau que aqui residiam, e os macaenses acrescentaram uns termos cantonenses a esta língua, que se tornou a conhecida “patuá”. Em termos de classificação linguística, o “patuá” difere do português moderno e nem pertence ao chinês moderno. O “patuá” é influenciado pelo português antigo e pelo chinês moderno, especialmente o cantonense. Segundo o linguísta famoso de português do século XX, Sebastião Rodolfo Delgado, o “patuá” não devia ter relação com línguas indo-europeias em termos geográficos, mas o “patuá” reflecte uma grande influência do português antigo, particularmente em termos de gramática, léxico, fonologia, etc.. Entende-se que existem três causas, uma é a origem idêntica do “patuá” com o português; a segunda é a evolução similar da reconstrução, da modificação e da constituição linguística, a terceira é o contacto comercial frequente entre o Portugal e a Índia e o extremo oriente, pelo que, o léxico do extremo oriente tornou-se parte do léxico português ortodoxo. Assim, o léxico do extremo oriente mistura-se com o “patuá”, tendo semelhanças com o português ortodoxo.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Delgado, S.R. (1919). *Glossário Luso-asiático* (Vol. 11). Buske Verlag.

A partir da segunda metade do século XIX, o cantonense e o inglês em Macau produziram uma grande influência nos macaenses de Macau. À medida da expansão colonial do Reino Unido entre os séculos XVII e XVIII e do desenvolvimento da revolução industrial do Reino Unido no século XIX, elevou-se a posição internacional do inglês, que se tornou uma língua internacional para o comércio e a academia. Com a administração colonial do governo britânico em Hong Kong, o inglês foi portador de uma posição comercial e social nos territórios de Hong Kong e Macau.<sup>4</sup>

Na primeira metade do século XIX, o “patuá” tornou-se a língua diária dos macaenses. No entanto, na segunda metade do século XIX, o governo de Lisboa começou a ter atenção à questão da educação da língua portuguesa no território de Macau. Porque o governador que vinha para Macau não era capaz de usar o “patuá” para comunicar com os residentes locais e os macaenses, então, entendeu-se necessário promover a educação da língua portuguesa ortodoxa aqui. O governo português em Macau fez propaganda que o “patuá” era uma língua usada pelos residentes secundários, de forma que uma parte das escolas, residentes e estudantes não tinham vontade de utilizar o “patuá” como língua diária. Aliás, não obstante a propaganda negativa do governo, o “patuá” continuava a ser a língua diária duma parte dos macaenses. Até meados do século XX, afectada pelos elementos de tecnologia informática, elementos políticos e o desenvolvimento de Hong Kong sob administração britânica, a popularidade do “patuá” em Macau era menor do que o cantonense, o inglês e o português ortodoxo; o número da população que utiliza o “patuá” como a língua materna baixou rapidamente.

### III. Método de investigação

#### 1. Interpretação

A interpretação é um paradigma muito usado nas disciplinas de estudo das ciências sociais, este método é também usado neste projecto em causa.<sup>5</sup> O investigador aplica o paradigma de interpretação para analisar a

<sup>4</sup> Saxena, M., & Omoniyi, T. (2010). *Contending with globalization with world Englishes*. Bristol: Multilingual Matters.

<sup>5</sup> Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. London: Heinemann.

conduta dos indivíduos e conhecer o entendimento, o valor e os seus conhecimentos sobre certos assuntos. A conduta não existe só, mas muitas vezes é afectada pelos valores e pelos costumes dos indivíduos.

## 2. Método indutivo geral

Esta investigação aplica o método indutivo geral para recolher os dados.<sup>6</sup> Este método de estudo permite que os entrevistados possam partilhar as suas opiniões e entendimento sobre o “patuá”, independentemente das restrições do local, tempo e papel. De facto, sendo os entrevistados todos macaenses nascidos em Macau, eles têm a experiência de vida, o contexto de emprego, a profissão, a identificação e o sexo diferentes. Além disso, a idade e a razão de aprender o “patuá” variam evidentemente. Pelo que, o método indutivo geral pode resumir de, um ponto de vista mais amplo as questões estudadas neste projecto sobre os indivíduos que dominam o “patuá”.

## 3. Método de entrevista em profundidade

A investigação em causa tem como ponto de partida os utentes do “patuá”, discutir o uso do “patuá” em Macau, de maneira a propor ao governo, às instituições educacionais, às organizações não governamentais, às associações não lucrativas que se dediquem à conserva do “patuá” que constitui numa das características de Macau. A entrevista em profundidade é um método que é frequentemente usado e eficaz para recolher dados no âmbito das ciências sociais. Sendo diferente do usada em questionários, a investigação em causa concentra-se em conhecer as experiências de vida durante várias décadas e as suas opiniões sobre o patuá dos entrevistados, pelo que, o estudo com a entrevista frente a frente é mais efectivo do que o questionário.<sup>7</sup>

## 4. Forma de recolha de dados

O investigador fez entrevistas individuais, em meado de 2017, frente a frente com 8 indivíduos que falam frequentemente o “patuá”. As entre-

<sup>6</sup> Thomas, D. R. (2006). *A general inductive approach for analyzing qualitative evaluation data*. American journal of Evaluation, 27(2), 237-246.

<sup>7</sup> Seidman, I. (2006). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences (3rd ed.)*. New York, NY: Teachers College Press.

vistas tiveram a duração de 60 e 90 minutos, uma vez que o investigador não queria dar qualquer restrição que limitassem a partilha de experiência de vida dos entrevistados, pelo que, fez as perguntas abertamente permitindo a partilha de qualquer espécie e partilha, possibilitando ao máximo a recolha de dados.<sup>8</sup>

## 5. Limitação do número de entrevistados e método de amostragem

O investigador aplica a estratégia de amostragem proposta para recolher a resposta dos 8 entrevistados que dominam fluentemente o “patuá” às perguntas envolvidas nesta investigação. A amostragem proposta significa fazer o estudo tendo em vista um grupo particular de pessoas.<sup>9</sup> De facto, em conformidade com o *Atlas of the World's Languages in Danger* publicado pela UNESCO em 2010, os indivíduos que dominam fluentemente o “patuá” são muito raros. Pelo que, os 8 indivíduos com quem o investigador pôde fazer entrevista são evidentemente representativos.

Para garantir a protecção dos elementos pessoais dos entrevistados após a publicação do relatório, são aplicados pseudónimos aos entrevistados para proteger a privacidade, mas o sexo, a idade, a profissão e o domínio de língua são verdadeiros.

**Tabela I Elementos pessoais base dos entrevistados**

Nome	Sexo	Idade	Profissão	Língua materna	Língua diária
Afonso	Masculino	70	Funcionário público reformado	Patuá	Português, cantonense, inglês
Bruno	Masculino	75	Funcionário público reformado	Patuá	Português, cantonense, inglês
Carlos	Masculino	73	Funcionário público reformado	Patuá	Português, cantonense, inglês

<sup>8</sup> Clandinin, D.J. & Connelly, F.M. (1987). *Teachers' personal knowledge: What counts as personal in studies of the personal*. *Journal of Curriculum Studies*, 19(6), 487-500.

<sup>9</sup> Creswell, J. (2012). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Nome	Sexo	Idade	Profissão	Língua materna	Língua diária
David	Masculino	68	Funcionário público reformado	Português	Patuá, cantonense, inglês
Erica	Feminino	72	Funcionário público reformado	Português	Patuá, cantonense, inglês
Filipa	Feminino	69	Dona de casa	Patuá	Português, cantonense, inglês
Joana	Feminino	70	Dona de casa	Patuá	Português, cantonense, inglês
Sofia	Feminino	74	Dona de casa	Patuá	Português, cantonense, inglês

## 6. Língua da entrevista

Os entrevistados acima mencionados são todos macaenses nascidos em Macau, que dominam fluentemente o “patuá”, o português e o cantonense. Embora o nível do inglês dos aludidos entrevistados não seja fluente, não têm problema para a comunicação diária. E alguns deles não são capazes de expressar as suas experiências de vida em uma única língua, pelo que o investigador primeiro fez perguntas em cantonense e os entrevistados responderam em português, cantonense ou inglês. Não obstante, uma vez que o investigador não falava nem percebia o “patuá”, durante as entrevistas não foi usado o “patuá” na comunicação.

Além disso, uma vez que a língua da redação deste relatório original é o chinês padrão e o chinês tradicional, o diálogo em cantonense, inglês e português entre o investigador e os entrevistados é todo traduzido para o chinês padrão e em língua escrita.

## 7. Processo de análise de dados

A pesquisa quantitativa induziu uma série de dados, depois fez a classificação para análise detalhada do tema significativo. Os dados quantitativos podem ser interpretados em três passos, nomeadamente: 1. interpretar os dados segundo as questões de estudo; 2. codificação aberta (*open coding*); 3. codificação axial (*axial coding*). Aos passos acima men-



cionados, o investigador pode interpretar os dados dispersos da entrevista em temas significativos.<sup>10</sup>

## 8. Conserva e confidencialidade da informação

Para melhor manter confidenciais todos os dados pessoais dos entrevistados e o conteúdo da entrevista, todos os dados são guardados num computador protegido por senha e num cofre fechado com senha; estes os dados apenas podem ser consultados pelo próprio investigador, qualquer outro indivíduo não pode consultá-los sem consentimento.<sup>11</sup>

## IV. Resultado da investigação

Os 8 entrevistados para a investigação em causa são macaenses de Macau, dos quais, 6 entrevistados falam o “patuá” como a língua materna.

As opiniões dos utentes do “patuá” sobre como preservar, divulgar e dar continuidade ao “patuá” para o desenvolvimento contínuo em Macau são objectivos desta investigação. Ao analisar o conteúdo da entrevista, o investigador divide os dados dos entrevistados em três temas de significado diferente. O primeiro tema é a dificuldade de recrutar professores de “patuá” de nível elevado; o segundo é o pouco interesse e intenção dos jovens para aprender o “patuá”; o terceiro é o desinteresse do governo português de Macau e do governo da RAEM pelo “patuá”. A tabela 2 em abaixo mostra a resposta dos entrevistados aos temas supracitados.

**Tabela 2 Resposta dos entrevistados sobre as temas supracitadas**

	Dificuldade de recrutar professores de “patuá” de nível elevado	Pouco interesse e intenção dos jovens para aprender o “patuá”	Desinteresse do governo português de Macau e do governo da RAEM pelo “patuá”
Afonso	✓	✓	
Bruno	✓	✓	✓

<sup>10</sup> Saldaña, J. (2013). *The coding manual for qualitative researchers (2nd ed.)*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

<sup>11</sup> Maxwell, J. (2013). *Qualitative research design: An interactive approach (3rd ed.)*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

	Dificuldade de recrutar professores de “patuá” de nível elevado	Pouco interesse e intenção dos jovens para aprender o “patuá”	Desinteresse do governo português de Macau e do governo da RAEM pelo “patuá”
Carlos	✓	✓	✓
David	✓	✓	
Erica	✓	✓	✓
Filipa	✓	✓	✓
Joana	✓	✓	✓
Sofia	✓	✓	✓

Os residentes de Macau de nova geração escolhem normalmente o chinês, o inglês e o português; é fácil compreender que tenham pouco interesse em aprender o “patuá” porque tem pouca utilidade, até só se usa para comunicar com os idosos. (Afonso)

### 1. Dificuldades de recrutar professores de “patuá” de nível elevado

Os entrevistados nesta investigação são os macaenses idosos de Macau, cuja idade varia entre 68 e 75; a sua profissão é funcionário público ou dona de casa. Uma vez que os entrevistados têm idade avançada, são relativamente dotados de conhecimentos profundos sobre os problemas históricos, sociais, de administração política e de relação entre Macau e Portugal.

Em primeiro lugar, os 8 entrevistados declaram todos que foi difícil recrutar professores de “patuá” de nível elevado e elaborar um manual de ensino na época da administração portuguesa e após o retorno de Macau. O Afonso, o Bruno e a Sofia declaram que:

Na década de 50 e 60, os professores da secção primária e secundária das escolas portuguesas eram provenientes de Portugal, que falaram naturalmente apenas o português; uma pequena parte deles sabiam falar o dialeto da sua terra de Portugal, portanto, não havia possibilidade de ensino regular do “patuá” nas escolas. (Afonso)

Os professores provenientes de Portugal não eram capazes de ensinar o “patuá”, porque tinham estudado em Portugal antes de virem para Macau. Em Portugal não há nenhum curso de língua crioula, não sendo estranho que apenas ensinassem o português. (Bruno)

Em Portugal não há um sistema de ensino da língua crioula para professores. Além disso, em Portugal teoricamente apenas, se considera o português ortodoxo como a língua oficial. De facto, no sul e no norte de Portugal existem vários dialetos; por exemplo, em algumas cidades perto de Espanha falam dialeto que tem sido influenciado pela língua espanhola. Mas estes dialetos não se usam em circunstâncias oficiais. Portanto, normalmente os professores apenas ensinam o português ortodoxo utilizado pelo governo de Portugal quando vêm para Macau. (Sofia)

O David e a Filipa encontraram, quando estudavam na escola primária e secundária, uns professores que dominavam o português não ortodoxo, por causa da naturalidade destes professores, tendo declarado que:

Cheguei a conhecer uma professora proveniente de Moçambique que ensinava na escola primária. Ela nasceu em Moçambique; após acabar o curso de formação de docentes em Portugal, veio para Macau ensinar português. Em virtude da sua experiência especial, tinha muito interesse no “patuá”. Aliás, a sua especialidade era o português ortodoxo, por isso, apenas podia estudar o “patuá” na qualidade de estudante, mas não era possível ensinar o “patuá”. (David)

Na escola secundária, tinha uma professora de Moçambique, que falava fluentemente o português e o dialeto de Moçambique. Na escola primária também tinha uma professora dos Açores, que dominava o português e a rima, o léxico e a gramática especial dos Açores. Estas duas professoras compreendiam e respeitavam a especialidade do “patuá”, até nos encorajaram ao uso do “patuá” nos tempos livres para comunicar com elas. (Filipa)

Carlos, Erica e Joana entenderam que era difícil atrair professores de qualidade elevada para ensinar o “patuá”, porque não existia qualquer curso de formação de docentes, nem um manual de “patuá” elaborado por instituições educacionais e por órgãos governamentais.

Uma disciplina, mesmo que não tenha qualquer valor prático ou sentido de existência, pode ser estudada na escola secundária ou na uni-

versidade. Não podemos ignorar a sua posição académica por não existir uma disciplina com significado. Para os portugueses, o “patuá” tem sentido académico, mas valor de existência baixo. Mas não pode negar-se o significado da sua existência. Em primeiro lugar, antes da década de 80 faltava em Macau um curso de formação para docentes desta língua; o governo organizava-o e ensinava também o português ortodoxo. Em segundo lugar, os editores locais ou de Portugal não tinham interesse em publicar um manual ou livro do “patuá”. O governo português de Macau também não apoiava a publicação de um manual em “patuá”, pelo que, o “patuá” era ensinada apenas em família. (Carlos)

Principalmente, os professores provenientes de Portugal ensinavam o português ortodoxo, não conheciam o “patuá”, sendo impossível ensinar o “patuá” nas escolas portuguesas. Além disso, para o governo português de Macau não era agradável o uso do “patuá” pelos macaenses, pois também o considerava uma língua secundária. Nestas circunstâncias, não havia escolas que ensinassem o “patuá”. (Erica)

Há 50 anos atrás, eu tinha uma professora proveniente de Portugal que ensinava na escola secundária e que se interessava pelo “patuá”. Ela pretendia publicar com um outro professor de português um manual sobre gramática e vocabulário de “patuá”. Porém, o governo português de então estava a discutir sobre a questão da reforma do curso de português; assim, o manual de “patuá” não conseguiu ser publicado. (Joana)

## **2. Pouco interesse e intenção dos jovens em aprender o “patuá”**

Do mesmo modo que o tema anterior, todos os entrevistados declaram que hoje em dia os jovens de Macau têm pouco interesse e intenção em aprender o “patuá”. Esta questão pode dividir-se em três subtemas, nomeadamente: 1) o desinteresse na utilização do “patuá” na sociedade; 2) ser o “patuá” a língua dos idosos; 3) a grande diferença entre a gramática e o vocabulário do “patuá” e do português.

### **1) Desinteresse da utilização do “patuá” na sociedade**

As entrevistadas Joana e Erica declaram que nas últimas décadas na comunidade de Macau o número de pessoas e a frequência do uso do “patuá” são duas situações inferiores ao uso do português. Além disso, as

escolas portuguesas locais usam o português como a língua de ensino, os funcionários dos órgãos governamentais utilizam o português como a língua oficial, pelo que, o número de pessoas e a frequência do uso do “patuá” são inferiores ao cantonense e ao português.

Há 50 anos atrás, a língua ensinada nas escolas era o português. Na altura os alunos costumavam estudar num ambiente em que se falava o português. Mesmo que houvesse um curso extracurricular de “patuá”, a maioria dos alunos não tinha intenção de aprender. Ainda por cima na sociedade utilizava-se principalmente o cantonense e o português e, assim, os alunos não tinham interesse em aprender. (Joana)

Hoje em dia, mesmo nos órgãos governamentais, cada vez menos as pessoas dominam o português, muito menos o “patuá”. Nas ruas há muitos anos que não se ouve falar frequentemente o “patuá”. Além disso, o número de pessoas que usa o português também é muito inferior após o retorno de Macau. (Erica)

## 2) Ser o “patuá” a língua dos idosos

Sabe-se através da conversa com os entrevistados que actualmente quem fala fluentemente o “patuá” são os idosos ou os de meia idade; os jovens de Macau já não sabem comunicar em “patuá”. Carlos, David, Filipa e Sofia que têm experiências semelhantes, declaram que:

Aprendi o “patuá” quando era pequeno, os colegas da escola primária não aprendiam, apenas um ou dois colegas falavam em casa com os familiares e com os avós. Mas na escola ou nas ocasiões públicas, ninguém falava o “patuá”. (Carlos)

Os filhos dos oficiais de Portugal não aprendiam o “patuá”. Pelo que, na escola apenas poucos colegas entendiam o “patuá”. Mesmo os macaenses nascidos em Macau não falavam fluentemente o patuá”. (David)

Agora sou uma velha; quando era pequena quem usava “Patuá” eram os meus avós. Os meus pais falavam mas não nos encorajaram a aprender, de maneira que a minha irmã mais velha e o meu irmão mais novo não sabem falar o “patuá”. Quando tive os meus filhos, não exigi que aprendessem. Aprender uma língua é escolha deles. (Filipa)

Agora os meus netos não aprendem o “patuá”, porque os meus filhos não sabem falar esta língua. Mais ainda, na escola e na sociedade não há

meios para aprendê-la, continuando apenas a ser falada entre os nossos idosos. (Sofia)

### **3) A grande diferença entre a gramática e o vocabulário do “patuá” e do português**

O famoso linguísta português do Século XX, Sebastião Rodolfo Delgado, refere que o “patuá” foi influenciado em grande medida pelo português antigo, em termos de gramática, léxico e rima; tem certa semelhança com o português antigo, pelo que, mesmo os que bem dominam o português, sem estudo suficiente da língua, não conseguem utilizar o “patuá”. Afonso e Bruno manifestam que:

O “patuá” e o português são diferentes em vocabulário, gramática e tom. Aprender o “patuá” como segunda língua, carece de bases de português antigo e conhecimentos da história de Macau; apenas com conhecimento parcial, é insuficiente para compreender os elementos históricos profundos. (Afonso)

O “patuá” é um produto histórico da cultura colonial multicultural e da grande época marítima, enquanto o português ortodoxo de Portugal não tem qualquer sinal colonial. Em muitas colónias portuguesas fala-se o português com características locais. O “patuá” é um tipo de português com característica do Sudeste e do Sul Asiático, elementos de que o português ortodoxo não dispõe. (Bruno)

### **3. O governo português de Macau e o governo da RAEM ignoram o “patuá”**

Os utilizadores do “patuá” eram macaenses nascidos em Macau, os oficiais, os imigrantes e os seus descendentes basicamente não tinham qualquer conhecimento do “patuá”. A administração e os principais cargos do governo português de Macau eram assumidos pelos funcionários públicos provenientes de Portugal, não lhes agradando o uso do “patuá” pelos macaenses de Macau. Até à década de 80, após a assinatura da Declaração Conjunta dos Governos de Portugal e da China, o governo português de Macau conduziu as escolas privadas de ensino não superior a ensinar o português com incentivos de ensino gratuito, mas a série de políticas acima referidas apenas se limitava ao português ortodoxo, e não ao “patuá”.

Até ao retorno de Macau e ao estabelecimento da RAEM, o governo central da China definiu Macau como “plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa”, visando construir relações económicas e comerciais entre Macau e os países de língua portuguesa; aliás, o português de que aqui se trata é o português ortodoxo. Bruno, Erica e Filipa partilham a mesma opinião sobre a atitude do governo português de Macau em relação ao ensino do português nas escolas e sobre o “patuá”:

Anteriormente o governo português de Macau sempre encorajou os cidadãos de Macau a aprender o português; após a assinatura da Declaração Conjunta dos Governos de Portugal e da China, ainda foram lançadas políticas preferenciais, isto é, os residentes chineses com experiência de anos de estudo do português podiam ter preferência na entrada na administração pública. Porém, seja antes do retorno ou depois, a oportunidade de aprender o “patuá” foi muito menor do que o português. (Bruno)

Os cursos de português ou de tradução dos institutos de ensino superior e da Escola Técnica da Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses ensinavam o português; provavelmente havia aulas leccionadas por professores de nacionalidade brasileira, mas o ensino do “patuá” não era aceite nos cursos. (Erica)

Quando era jovem, o governo e a escola não permitiam que os alunos utilizassem o “patuá” para comunicar entre si ou com o professor dentro da escola, caso falassem “patuá”, muito provavelmente seriam registados negativamente. Pelo que, antigamente as crianças só podiam usar o “patuá” fora de escola e quando falavam com os familiares. Isto restringia grandemente a circulação do “patuá”. (Filipa)

Nos últimos anos, após ampla consulta, o governo aprovou a Lei de Salvaguarda do Património Cultural e o “Teatro em Patuá” foi definido como o património cultural intangível de Macau. Vários entrevistados desejam que o governo tome acções práticas para conservar o “patuá” de forma mais eficaz. Joana e Carlos manifestam que:

Agora o governo convida os indivíduos que dominam o “patuá” para participarem uma vez por ano no teatro em “patuá” durante o Festival de Artes. Este tipo de conservação ajuda a longo prazo. Muitos cidadãos e turistas apreciam o nosso teatro, mas apenas apreciam. Como será se esta língua continuar? O governo já determinou esta língua e a sua cultura

como património cultural. Mas então porquê não toma medidas para as novas gerações a aprenderem? (Joana)

Amigos meus têm filhos que desejam aprender o “patuá” e a sua cultura. Mas o governo e as instituições privadas apenas fornecem o curso de português, e não de “patuá”. Se o governo não for o primeiro a organizar o curso, como é possível promover e conservar o “patuá” de forma eficaz? (Carlos)

## V. Discussões

No quarto capítulo anterior, são expostas as opiniões dos 8 entrevistados que dominam fluentemente o “patuá”, e o porquê de o “patuá” não ser capaz de circular efectivamente em Macau e a possibilidade de as instituições educacionais, as organizações não governamentais, as associações não lucrativas proporem em conjunto ao governo conservar, promover e dar continuidade ao “patuá” com características de Macau. Entendem que principalmente existem três causas, nomeadamente, a dificuldade em recrutar professores de “patuá” de nível elevado, o pouco interesse e intenção dos jovens em aprenderem o “patuá” e o desinteresse do governo português de Macau e do governo da RAEM no “patuá”.

### 1. A dificuldade em recrutar professores de “patuá” de nível elevado

Os aludidos 8 entrevistados abordam de modo diferente a questão da falta de professores e manuais de “patuá”, bem como a dificuldade de atrair editoras para a impressão. Em primeiro lugar, em Macau sob a administração portuguesa, houve muitas associações que organizaram cursos de formação de docentes para os infantários, escolas primárias e escolas secundárias, mas não há registos de cursos de formação de docentes para o ensino do “patuá”. Naquela época, os professores das instituições de ensino não superior que ensinavam português eram provenientes de Portugal e a maioria dos professores de português falavam só o português ortodoxo. Além disso, o curso de formação de docentes em Portugal não tinha a componente de instrução para os estudantes aprenderem os línguas das províncias ultramarinas; portanto, não houve um regime para o ensino do “patuá” nos seus cursos.



Em segundo lugar, dois entrevistados manifestaram que tinham encontrado professores nascidos nos territórios ultramarinos de Portugal. Embora estes não falassem o “patuá”, encorajaram-nos a comunicar com os familiares utilizando a sua língua. Por falta de ensino básico e de formação de adultos em “patuá”, mesmo os professores provenientes dos territórios ultramarinos de Portugal não eram capazes de aprender o “patuá” em Macau.

Em terceiro lugar, as instituições privadas e os organismos governamentais tomaram atitudes negativas sobre a publicação de manuais e publicações em “patuá”. Houve um académico que exigiu aos organismos governamentais e às editoras que produzissem manuais e publicações em “patuá”. Mas porque o governo se oponha fortemente ao uso do “patuá” pelos residentes de Macau na comunicação social, não foi permitida a publicação deste tipo de materiais. Em termos de instituições privadas, dado que Macau é uma sociedade onde a maioria da população é chinesa, as publicações em “patuá” e em português não davam lucro. Assim, os editores privados também tinham uma atitude negativa sobre a publicação desta espécie de materiais.

As aludidas três justificações explicam porquê em Macau era difícil haver professor de “patuá” de elevada qualidade e manuais da língua. De há muito que os jovens não eram capazes de aprender o “patuá” na escola, de modo que é esta a situação actual.

## **2. Pouco interesse e intenção dos jovens em aprenderem o “patuá”**

Em primeiro lugar, quer o governo português quer o governo da RAEM após o retorno, escrevem e utilizam nas ocasiões públicas o português ortodoxo. Todos os entrevistados enfatizam que os serviços governamentais apenas utilizaram o português como a língua oficial ou a língua não oficial de comunicação. Após o retorno, nos termos do art.º 9º da Lei Básica, além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial. Mas o português referido no art.º 9º da Lei Básica é o português ortodoxo, em vez do “patuá”. Pelo que, em Macau, onde a maioria da população é chinesa, em conformidade com a disposição da Lei Básica, na maioria das ocasiões utiliza-se o chinês como a língua de comunicação. Mesmo que

haja situações em que se utiliza o português, o português ortodoxo torna-se a segunda língua oficial do governo.

Em segundo lugar, a partir do século XX, o governo português de Macau não encorajava os residentes de Macau a aprender e utilizar o “patuá” como língua de comunicação. Alguns entrevistados manifestaram que os seus pais não encorajaram o uso do “patuá” em casa, até consideravam que o “patuá” poderia afectar o seu trabalho. Portanto, nem todos os macaenses de Macau nascidos em meados do século XX falam o “patuá”. Para a geração mais jovem não há programas para estudar sistematicamente o “patuá”; assim o “patuá” já é classificado como a língua de idosos.

Em terceiro lugar, uma vez que o português ortodoxo e o “patuá” são muito diferentes em termos de gramática e de vocabulário, aprender o “patuá” é como aprender uma nova língua, em vez de um ramo do português não ortodoxo. Além disso, quando se aprende o “patuá” ainda se deve ter conhecimentos básicos do português antigo e da história de Macau. Os filhos de alguns oficiais provenientes de Portugal não tiveram muito interesse na história de Macau, o que afectou a circunstância do “patuá” em Macau.

As aludidas três justificações explicam porquê os jovens têm pouco interesse e intenção de aprender o “patuá” a partir da década 40 do século XX até aos dias de hoje, isto é, o governo português de Macau, o governo da RAEM e os sectores da sociedade não encorajam os jovens a aprenderem o “patuá”, enquanto que aprender o “patuá” carece de base linguística, cultural e histórica. Pelo que, desde o século passado o número de estudantes de “patuá” é muito inferior ao dos estudantes de português.

### **3. O desinteresse do governo português de Macau e do governo da RAEM no “patuá”**

Nos programas de ensino básico e de ensino superior, o governo português de Macau e o governo da RAEM principalmente promoveram o ensino do português, em vez do ensino do “patuá”. De facto, na época da administração portuguesa muitos oficiais provenientes de Portugal e seus filhos apenas estavam por curtos ou médios períodos de tempo em Macau e, assim, não escolhiam o “patuá” como segunda língua. Além disso, as pessoas provenientes de Portugal conseguiam comunicar na sociedade

de Macau em português, não havendo motivação especial para aprender o “patuá”.

Nos últimos anos, o governo da RAEM começou a dar atenção à importância do “patuá”. São convidadas pessoas para apresentarem várias sessões de “teatro em patuá” no Festival de Artes organizado anualmente, assim mostrando a importância do “patuá” para Macau. Um entrevistado manifesta que o governo da RAEM deve ainda esforçar-se por oferecer e promover sistematicamente programas de formação e educação do “patuá”, a fim de remediar as faltas de muitos anos.

## VI. Conclusão e sugestão

Durante mais de 400 anos Macau desempenhou sempre o papel de intermediário nas transacções comerciais e um local onde a cultura oriental e a ocidental se encontram, possuindo as vantagens incomparáveis da cultura chinesa, portuguesa e do Sudeste Asiático. Em termos de população, embora a população portuguesa não represente a maioria da população de Macau actual, a sua existência para a história de Macau e a sua língua são partes importantes integrantes.<sup>12</sup> Após analisar o resultado desta investigação, o investigador apresenta duas sugestões.

Primeira, o governo da RAEM confirmou esclarecidamente a importância do “patuá” desde o ano de 2013, sendo este o primeiro passo do seu desenvolvimento contínuo. No entanto, a conservação sustentável do “patuá” é mais importante do que a conservação passiva. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e o Instituto Cultural, entre outros serviços da RAEM, devem produzir uma série de manuais, dicionários, gravações de áudio, DVD, diversas espécies de publicações para leitura, livros de histórias infantis e música infantil em patuá para encorajar o público a conhecer e a criar interesse no “patuá”. De facto, não é fácil levar o público a aceitar alguma coisa nova num curto tempo; por isso, o governo da RAEM deve promover a existência do “patuá” em Macau a longo prazo e o seu desenvolvimento sustentável.

Segunda, além de publicar materiais de ensino do “patuá” e promover o estudo do “patuá”, a DSEJ e as respectivas entidades podem criar

---

<sup>12</sup> Cheng, M. B. C. (1999). *Macau: A cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

curso de formação de professores de “patuá”. Para atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável, não pode deixar de se formar uma equipa de professores de “patuá” com qualidade. Actualmente o número de pessoas que dominam fluentemente o “patuá” é cada vez mais reduzido. Assim, os respectivos serviços devem coordenar os professores e os alunos para participarem em programas de formação na língua e de formação de docentes, com vista a aliviar o fenómeno da falta deste tipo de pessoas no futuro. Por outro lado, o governo da RAEM pode colaborar com as instituições de ensino superior para organizar cursos de língua e cursos de formação de docente em “patuá”, para formar um grupo de indivíduos com habilitações literárias de alto nível que dominem o “patuá”. Através de ensino básico e do ensino superior, pode promover o desenvolvimento contínuo do “patuá” em Macau.

Conclui-se que o “patuá” e os macaenses não são a minoria mais notória na comunidade de Macau que tem a população chinesa como a maior parte, mas é um fenómeno muito raro na zona do Sul da Ásia. A par do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e do “Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, e ao mesmo tempo da promoção adequada da diversificação da estrutura industrial de Macau, o governo da RAEM e os sectores sociais devem empenhar-se em conservar o património cultural intangível singular de Macau. De facto, não é possível conservar e promover efectivamente o património cultural intangível, incluindo o “patuá”, contando simplesmente com o governo da RAEM. O público e os interessados na história e na cultura de Macau devem cooperar e apoiar o governo da RAEM em proteger o património cultural imaterial de Macau.